

Governo obtém outra vitória no Congresso

BRASÍLIA — A Oposição foi novamente derrotada ontem, no Congresso, ao tentar estabelecer uma política salarial, desta vez através de um projeto de conversão à Medida Provisória 199. O Líder do Governo na Câmara, Renan Calheiros, pediu revisão do quorum, durante a votação do projeto, e a presença constatada foi de apenas 165 parlamentares, quando o mínimo exigido é de 248.

Com a manutenção do veto à política salarial do Congresso, que previa a reindexação dos salários até cinco mínimos, fica em vigor a política salarial prevista pela Medida Provisória 199. Ela prevê a livre negociação sob o seguinte critério: na data-base, o trabalhador terá direito à recomposição salarial equivalente a média real do salário nos últimos 12 meses. A partir desse acerto de contas, o trabalhador terá direito a mais um aumento salarial antes da próxima data-base. Ou seja, no período de um ano, o trabalhador poderá ter, no máximo, dois reajustes salariais. A Medida Provisória permite antecipações salariais.

Na sessão de quarta-feira, para votação do veto presidencial ao projeto de política salarial do Congresso, a Oposição venceu na Câmara, mas foi derrotada no Senado que, ao não abonar a decisão da Câmara, acabou mantendo o veto. Os líderes oposicionistas partiram então para a tentativa, ontem, de aprovar projeto de lei de conversão à MP 199, que previa reajuste integral, pelo IPC, para os trabalhadores que ganham até 10 salários mínimos, toda vez que este índice registrasse percentual igual ou superior a 15%. Para as faixas mais altas de salários o projeto estabelecia a indexação somente sobre o valor correspondente aos 10 salários mínimos. Rejeitada a matéria, que teve votação favorável de 153 votos, mas caiu por falta de quorum, a Oposição obstruiu as votações da revisão orçamentária e do projeto de conversão à MP 200.